



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Para: Secretaria - Geral da Presidência da República – SG/PR
Secretaria Nacional de Juventude – SNJ
Coordenação - Geral de Relações Institucionais
Presidência da República
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial– SEPPIR/PR
Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas - SPAAs

NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 56/2014

Em 29 de abril de 2014

INT.: *Grupos de Trabalho Intersetoriais Estaduais (GTI-E) e Municipais do PSE (GTIM), Articuladores estaduais do Plano Juventude Viva.*

ASS.: Orientações para a Ação “**Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos**” do Programa Saúde na Escola (PSE) no Plano Juventude Viva. Informar a parceria entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e no Plano Juventude Viva.

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286. É fruto do esforço do Governo Federal, em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O Programa é uma estratégia intersetorial entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, com o objetivo de

promover a atenção integral à saúde dos estudantes da rede pública de educação básica por meio das ações de promoção, prevenção e atenção à saúde. Nesse contexto, as políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira estão unindo-se para promover o desenvolvimento pleno desse público.

Além da instituição do marco legal que estabelece o PSE, outros instrumentos normativos potencializam iniciativas do Ministério da Saúde na busca por equidade e participação social na saúde, são eles: o Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre Ministério da Saúde e SEPPIR/PR em 27/10/2011, o qual visa a implementação de ações conjuntas que assegurem a adesão do MS à campanha "Igualdade Racial é pra Valer"; a Lei nº 12.288/2011 – Estatuto da Igualdade Racial; a Política Nacional de Juventude e a Portaria nº 992/2009 do Ministério da Saúde que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

A proposta do PSE é centrada na gestão compartilhada por meio dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTIs), numa construção em que tanto o planejamento quanto a execução, monitoramento e a avaliação das ações são realizados coletivamente, de forma a atender às necessidades e demandas locais. Os GTIs funcionam nas instâncias federal, estadual e municipal.

O trabalho desses grupos pressupõe, dessa forma, interação com troca de saberes, compartilhamento de poderes e afetos entre profissionais da saúde e da educação, educandos, comunidade e demais redes sociais. Por essas razões, os GTIs devem ser compostos, por, pelo menos, um representante da Secretaria de Saúde e um da Secretaria de Educação e, facultativamente, por outros parceiros locais representantes de políticas públicas e/ou movimentos sociais, organizações não governamentais (saúde, educação, cultura, lazer, esporte, transporte, planejamento urbano, meio ambiente entre outros), assim como pelos educandos.

O PSE trabalha com cinco componentes, ou seja, cinco dimensões que precisam ser desenvolvidas para que possamos construir processos de educação e saúde integral e qualificar a gestão intersetorial. São eles: I) Avaliação das Condições de Saúde; II) Prevenção de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde; III) Formação; IV) Monitoramento e avaliação dos educando(a)s e V) Monitoramento e Avaliação do Programa.

No componente II de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos temos dentre outras ações a "*Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos*", que visa atuar na educação para uma sociedade solidária onde o respeito aos direitos humanos e à diversidade se torne concreta na vida de cada cidadão, e que a vida possa ser vivida sem violência.

Através dessa, e das outras ações, prevê a garantir a oportunidade todo(a)s o(a)s educando(a)s fazerem escolhas mais favoráveis à saúde e de serem, portanto, protagonistas do processo de produção da própria saúde, buscando melhoria de sua qualidade de vida.

Neste contexto o programa articula-se com *o Plano de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra - Juventude Viva*, da Presidência da República, que é uma ação alinhada com outros Ministérios, Secretarias, e coordenado pela SEPPIR e SNJ. O Plano Juventude Viva é uma estratégia política e de gestão que opera a partir de um processo de convergência de programas, projetos e ações dos ministérios e municípios nos territórios onde há maiores índices de homicídios de jovens negros, para que a ampliação do acesso aos direitos possa reduzir os fatores de vulnerabilidade desta juventude.

O Plano Juventude Viva é uma convocação à mobilização e responsabilização articulada de diferentes agentes e seguimentos sociais no que se refere à pauta do extermínio da Juventude Negra, por essa razão, o mesmo se vincula ao PSE para o estabelecimento de estratégias específicas de atuação considerando que, segundo dados do Ministério da Saúde, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens entre 15 a 29 anos no Brasil.

O problema da violência afeta, especialmente, jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Os homicídios de jovens representam um problema nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e também que possam contribuir com seu talento para o desenvolvimento do País.

Nesse sentido, viver com violência corresponde a ter uma vida sem qualidade, com medo, fragilizando a saúde de cada indivíduo e de toda uma comunidade. Dessa forma, o conceito de saúde se amplia para abarcar os Determinantes Sociais de Saúde.

Esses Determinantes são fatores e processos socioeconômicos e culturais que influem na sociedade e condicionam direta ou indiretamente a saúde dos indivíduos, segundo seja a sua colocação na estrutura social. Figuram entre os determinantes sociais as condições de trabalho, renda, habitação, acesso aos serviços de saúde, educação, saneamento ambiental, participação das redes sociais e comunitárias, cultura, religião, entre outras.

Esses processos marcam os estilos de vida e influem sobre as condições de saúde. Quando essas diferenças afetam sistematicamente os grupos colocados nas posições sociais e hierárquicas menos favorecidas, decorrendo precisamente dessa situação, se está em presença das iniquidades em saúde, situação moralmente injusta e evitável que precisa da intervenção do Estado.

Em resposta a esse desafio o Governo Federal lançou em 2012 inicialmente a partir do estado de Alagoas o *Plano Juventude Viva* e algumas ações foram pactuadas entre os Ministérios da Saúde, Educação, SEPPIR e SNJ/SG-PR. Dentre as pactuações firmadas ressaltam-se: visita técnica aos estados prioritários para verificação da linha de ação do PSE: *Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos*, oferta de Curso à Distância sobre a temática da violência voltada para profissionais de saúde da rede de Atenção Básica e professores da rede básica de educação para 2014 e por fim formação do PSE sobre a temática étnico/racial na abordagem escolar.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN constitui um dos instrumentos para o enfrentamento do racismo e a promoção de saúde de negros e negras nesse país. Desse modo, é preciso considerar que o reconhecimento do racismo, como determinante social em saúde, é o primeiro passo para desconstruirmos processos de discriminação e marginalização dos jovens negros.

Dados do Ministério da Educação confirmam que o racismo é um dos fatores que favorecem o processo de evasão escolar, pois o (a) jovem negro (a) não se vê representado (a) nos livros didáticos. Neste sentido, o processo de formação com gestores e profissionais da saúde e educação é fundamental para o trabalho e entendimento da abordagem sobre a história da África e Cultura Afro-Brasileira. Para isso, o PSE inicia parceria com a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) MEC e Projeto *A Cor da Cultura* para iniciar o processo de formação dos gestores e profissionais de saúde e educação para a Lei 10.639/2003 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". A formação para esse Projeto ocorrerá primeiramente com gestores e posteriormente com profissionais de saúde e educação do Programa Saúde na Escola.

Os estados prioritários para a implementação da primeira fase do Plano Juventude Viva são: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, além do Distrito Federal. As ações por parte do PSE ocorreram inicialmente em Alagoas e no DF em 2013. Em 2014, com a expansão do Plano, terá início o processo com os demais estados.

As oficinas de formação serão desenvolvidas com a colaboração dos Articuladores Regionais do Plano Juventude Viva conjuntamente com os Grupos de Trabalho Intersetoriais do PSE, e sempre que possível contarão com a presença de representantes dos ministérios parceiros.

Considerando que os (as) jovens negros (as) precisam ser reconhecidos (as) e tratados (as) como sujeitos de direitos em todos os âmbitos do PSE, ressaltamos a importância de todos os Grupos de Trabalho Intersetoriais Estaduais (GTIEs) e Grupos de Trabalho Intersetoriais Municipais (GTIMs) incorporarem em suas pautas as perspectivas racial, de juventude e de prevenção à violência para o dia a dia do PSE, contribuindo para a garantia do direito à vida da juventude negra. Ao aderir ao Plano Juventude Viva, o PSE assume o compromisso de colaborar na construção de condições políticas favoráveis para a criação das oportunidades e ampliação do acesso aos direitos da juventude negra.

Dessa forma, para desenvolver ações cotidianas, em rede, voltadas aos territórios mais vulneráveis e que colaborem para ampliação do acesso a direitos e prevenção da violência contra a juventude negra, sugere-se que sejam incorporadas ao planejamento de execução do Programa Saúde na Escola temáticas como:

- Racismo como determinante de saúde;
- Mito da democracia racial;
- Ancestralidade e resistência negras;
- Relações de raça/etnia/geração/gênero;
- Protagonismo/empoderamento juvenil negro;
- Políticas públicas de/para/com juventudes;
- Contexto Histórico - A invenção da raça e do racismo;
- O conceito de Juventude e a Condição Juvenil Negra;
- Jovens negros sujeitos de direitos;
- Saúde da População Negra Jovem;
- A identidade do educador/profissional de saúde;
- O corpo negro jovem como território de direitos.

Estas temáticas podem ser trabalhadas de diferentes maneiras, desde rodas de conversas, contação de histórias, dramatizações, estudo de textos, debate a partir de filmes, documentários, curta metragem, além das produções musicais. Sugerimos ao final desta nota referências bibliográficas que podem contribuir para a discussão dos conteúdos sugeridos.

Outra fonte interessante e que tem atraído adolescentes e jovens para a reflexão sobre o problema da violência e dos impactos do racismo sobre a vida da juventude negra está disponível em uma série de três vídeos produzidos pelo Canal Futura, a partir de diálogo com o Plano Juventude Viva. Estes vídeos estão disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=clyOSkP5Qgk&list=PLNM2T4DNzmq7MHR_BAamtV9IOrHISafAL.

O Plano Juventude Viva está voltado prioritariamente para os 142 municípios brasileiros (ANEXO I) que concentram aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros a maior parte em territórios de periferia urbana.

ANEXO

Municípios do Plano Juventude Viva:

Código IBGE	Nome do Município	Estado
110020	Porto Velho	RO
120040	Rio Branco	AC
130260	Manaus	AM
140010	Boa Vista	RR
150060	Altamira	PA
150080	Ananindeua	PA
150130	Barcarena	PA
150140	Belém	PA
150240	Castanhal	PA
150420	Marabá	PA
150442	Marituba	PA
150550	Paragominas	PA
150553	Parauapebas	PA
150613	Redenção	PA
150795	Tailândia	PA
150810	Tucuruí	PA
160030	Macapá	AP
170210	Araguaína	TO
172100	Palmas	TO
210005	Açailândia	MA
210300	Caxias	MA
210530	Imperatriz	MA
211130	São Luís	MA

221100	Teresina	PI
230370	Caucaia	CE
230420	Crato	CE
230440	Fortaleza	CE
230730	Juazeiro do Norte	CE
230765	Maracanaú	CE
231290	Sobral	CE
240325	Parnamirim	RN
240800	Mossoró	RN
240810	Natal	RN
241200	São Gonçalo do Amarante	RN
250180	Bayeux	PB
250320	Cabedelo	PB
250400	Campina Grande	PB
250750	João Pessoa	PB
251080	Patos	PB
251370	Santa Rita	PB
260005	Abreu e Lima	PE
260290	Cabo de Santo Agostinho	PE
260345	Camaragibe	PE
260410	Caruaru	PE
260600	Garanhuns	PE
260620	Goiana	PE
260680	Igarassu	PE
260790	Jaboatão dos Guararapes	PE
260960	Olinda	PE
261070	Paulista	PE
261110	Petrolina	PE
261160	Recife	PE
261250	Santa Cruz do Capibaribe	PE
261640	Vitória de Santo Antão	PE
270030	Arapiraca	AL
270430	Maceió	AL
270470	Marechal Deodoro	AL
270770	Rio Largo	AL
270860	São Miguel dos Campos	AL
270930	União dos Palmares	AL
280030	Aracaju	SE
280290	Itabaiana	SE
280480	Nossa Senhora do Socorro	SE
290070	Alagoinhas	BA
290570	Camaçari	BA
290650	Candeias	BA
291005	Dias d'Ávila	BA
291072	Eunápolis	BA

291080	Feira de Santana	BA
291360	Ilhéus	BA
291480	Itabuna	BA
291800	Jequié	BA
291840	Juazeiro	BA
291920	Lauro de Freitas	BA
292100	Mata de São João	BA
292400	Paulo Afonso	BA
292530	Porto Seguro	BA
292740	Salvador	BA
292870	Santo Antônio de Jesus	BA
293070	Simões Filho	BA
293135	Teixeira de Freitas	BA
293290	Valença	BA
293330	Vitória da Conquista	BA
310620	Belo Horizonte	MG
310670	Betim	MG
311860	Contagem	MG
312770	Governador Valadares	MG
312980	Ibirité	MG
313670	Juiz de Fora	MG
314330	Montes Claros	MG
315460	Ribeirão das Neves	MG
315780	Santa Luzia	MG
316720	Sete Lagoas	MG
317020	Uberlândia	MG
317120	Vespasiano	MG
320130	Cariacica	ES
320240	Guarapari	ES
320320	Linhares	ES
320490	São Mateus	ES
320500	Serra	ES
320520	Vila Velha	ES
320530	Vitória	ES
330010	Angra dos Reis	RJ
330070	Cabo Frio	RJ
330100	Campos dos Goytacazes	RJ
330170	Duque de Caxias	RJ
330190	Itaboraí	RJ
330240	Macaé	RJ
330250	Magé	RJ
330330	Niterói	RJ
330350	Nova Iguaçu	RJ
330455	Rio de Janeiro	RJ
330490	São Gonçalo	RJ

330510	São João de Meriti	RJ
330630	Volta Redonda	RJ
350950	Campinas	SP
351380	Diadema	SP
351870	Guarujá	SP
351880	Guarulhos	SP
353440	Osasco	SP
355030	São Paulo	SP
410690	Curitiba	PR
410830	Foz do Iguaçu	PR
411370	Londrina	PR
420540	Florianópolis	SC
431490	Porto Alegre	RS
500270	Campo Grande	MS
500370	Dourados	MS
510340	Cuiabá	MT
510760	Rondonópolis	MT
510840	Várzea Grande	MT
520025	Águas Lindas de Goiás	GO
520110	Anápolis	GO
520140	Aparecida de Goiânia	GO
520800	Formosa	GO
520870	Goiânia	GO
521250	Luziânia	GO
521523	Novo Gama	GO
521880	Rio Verde	GO
521975	Santo Antônio do Descoberto (RIDE)	GO
522185	Valparaíso de Goiás	GO
530010	Brasília	DF

Para saber mais:

Marcos Legais

Decreto que institui o Programa Saúde na Escola

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm

Portaria 10.639/2003http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

Portaria 992/2009

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html

Publicações

<http://etnicoracial.mec.gov.br/>

<http://www.acordacultura.org.br/>

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php> <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sugerimos ainda a inclusão/ utilização das seguintes bibliografias:

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Relações raciais na escolas: reprodução de desigualdades em nome da igualdade.* Brasília:UNESCO,INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006
- ALVES, Luciana, O *Significado de ser branco - a brancura do corpo e para além dele.* São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010-153851/fr.php>
- BAIRROS, Luiza. *Apresentação.* In: *Caminhos para a igualdade nas relações raciais.* Porto Alegre: Themis, 2002, p. 5-6
- BRASIL, *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,* Brasília: SECAD; SEPPIR, junho, 2009.
- BRASIL, Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas. São Paulo. Conselho Nacional de Juventude e Fundação Friedrich Ebert. 2006. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasiliens/05611.pdf>
- CARDOZO, Lourenço, O branco "invisível": a emergência da branquitude nos estudos sobre as relações raciais no Brasil. Coimbra, 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/.../1055>
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina sob uma perspectiva de gênero.* Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>
- CAVALLEIRO, Eliane (org.) *Racismo e antiracismo na educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 83-96
- CAVALLEIRO, Eliane Souza, *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar.* São Paulo, 1998.
- CONCEIÇÃO,Helenise da Cruz; CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. *A construção da identidade afrodescendente.* Revista África e Africanidades, Ano 2, n. 8, 2010. Disponível em:http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/Construcao_identidade_afrodescendente.pdf
- DA SILVA, Analise de Jesus. . *Região Metropolitana de Belo Horizonte (1996-2009): Onde estão os jovens educandos negros?* Revista Lugares de Educação, , 2013. Disponível em:<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/16169>
- DA SILVA, Analise de Jesus. . *A Formação Inicial dos professores de adolescentes: os adolescentes existem na EJA?* Paidéia (Belo Horizonte), 2009.
- GARCIA, Renisia C. *Identidade Fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005.* Brasília, INEP, 2007. Disponível em<http://forumeja.org.br/files/renisia.pdf>

GELEDÉS. *Guia de combate ao Racismo institucional*. Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial. São Paulo, 2007.

<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/guia-racismo-institucional>

GONZÁLEZ, Lélia, *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. In: SILVA, Luiz Antônio Machado In. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, 1983. 303p. p.223-44. (Ciências Sociais Hoje, 2.).

GOMES, Nilma Lino. *Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade*. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. – São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Prefácio. In. MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica 2009.

GOMES, Nilma Lino. Sem Perder a Raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. *Trajetórias Escolares, Corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos e/ou ressignificação cultural?*

Relações raciais/étnicas e educação - GE 21

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*.

MORAIS , Danilo Souza& RAMOS, Paulo Cesar. *Juventude Negra na Construção democrática Brasileira do século XX*. Disponível em:
<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.abpn.org.br%2FRevista%2Findex.php%2Fedicoes%2Farticle%2Fdownload%2F300%2F251&ei=qHezUqbJDJDIAS6w4LQCw&usg=AFQjCNHmoajvxKI55rZOWpRqebG8ECFvQ&sig2=4h-DFLx-oe- rEC5qhD4lw>

MOORE, Carlos. *A África Que Incomoda: Sobre a Problemática do Legado Africano*.

MUNANGA, K. . *A resistência histórica dos povos negros*. Cultura Vozes, São Paulo, v. 93, n.4, 1999.

MUNANGA, Kabengele. *O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do 'alunado' negro*”. In: AZEVEDO, C., GENTILI, P., KRUG, A., SIMON, C. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed.UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

MUNANGA, K. (Org.) . *Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil*. 1. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

MUNANGA, K. . *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Abdias Nascimento 90 anos – memória viva*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2006

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*. São Paulo: Revista Anhembí, 1955. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/its/v19n1/a15v19n1.pdf>

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *Curículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Marco conceitual do Programa Cor da Cultura:

<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/Marco%20Conceitual.pdf>

PATTO, Maria Helena Souza, *A Produção do Fracasso Escolar*. São Paulo, 1999.

PASSOS, Joana Célia dos. *Jovens negros: trajetórias escolares, desigualdades e racismo*. Caxambu: 29ª Reunião da ANPEd, 2007. Disponível em

<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1846--Int.pdf>

REGINA, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (org) - *Negras (in) Confidencias Bullying não, Isto é racismo!*.

SOARES, Leônio José Gomes. *A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais*. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Leônio José Gomes. *O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir*. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

WERNECK, Jurema, *Racismo Institucional – uma abordagem conceitual*. Texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, 2013.

PATRICIA CONSTANTE JAIME
Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição

FERNANDA DE CARVALHO PAPA
Coordenação-Geral de Relações Institucionais
Secretaria Nacional de Juventude – SNJ/PR

FELIPE DA SILVA FREITAS
Coordenador do Plano de Juventude Viva
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR